RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 1° SEMESTRE 2018

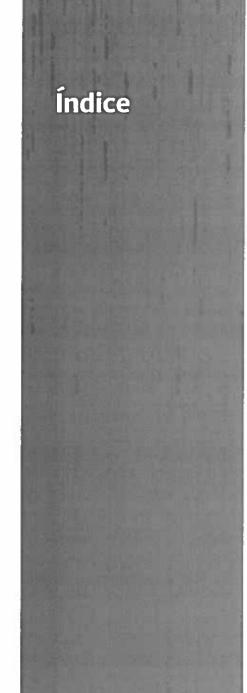
GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Av. Álvares Cabral, n.º 41 - 1269-276 Lisboa Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503024856 Capital Social: 50.000.000 €

Mrs M

~ WM

1.	Relatório de Gestão Consolidado	4
	1.1 Principais indicadores da atividade	5
	1.2 Órgãos Sociais	6
	1.3 Enquadramento económico	7
	1.3.1 Breve enquadramento macroeconómico1.3.2 Breve enquadramento do setor Segurador	7 7
	1.4 A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida	8
	1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários	11
2.	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo Integrante	12
	2.1 Conta de ganhos e perdas	13
	2.2 Demonstração do Rendimento Integral	14
	2.3 Demonstração da posição financeira - Balanço	15
	2.4 Demonstração das variações do Capital Próprio	17
	2.5 Demonstração dos fluxos de caixa	18
	2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	19



JM W W

1. Relatório de Gestão Consolidado

30 W W

1.1 - Principais Indicadores de Atividade

milhõe	

(Str. turnoca ac car os)				
Balanço	junho 18	dezembro 17	junho 17	Var. homóloga
Ativo	5.212,8	5.289,2	5.359,8	-2.7%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangiveis	5.063.8	5.139,7	5.203,6	-2.7%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	1,285.3	1.257,5	1.252,8	2,6%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.927,7	2.996,4	3.056,6	-4.2%
Capital Próprio e Interesses Minoritários	434,5	470,7	450,5	-3,5%
Ganhos e Perdas (+ Proveitos / - Custos)	junho 18	junho 17	Var.	
Prémios adquiridos (seguro direto e resseguro aceite)	100.5	28.1	258.2%	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-89 1	-126,3	29,5%	
Outras provisões técnicas. líquidas de resseguro	-29,5	-0,6	-4545,9%	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-14.2	92,2	-115,4%	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-6.1	-0.5	-1068,5%	
Custos e gastos de exploração líquidos	-12,3	-12.9	4,7%	
Atividade Financeira Liquida	51,1	15.5	229,6%	
Rendimentos	34,2	51.0	-33,0%	
Outros gastos financeiros	-5,2	-4,9	-5,1%	
Ganhos liquidos de ativos e passivos financeiros	22,4	-7,0	420,9%	
Perdas de Imparidade	-6,6	+8.S	21,8%	
Diferenças de Câmbio	6.4	-15.0	142,4%	
Resultado Liquido do exercicio	2,7	5,4	-49.8%	

W WW

1.2 - Órgãos Sociais

A 30 de junho de 2018, a composição dos Órgãos Sociais da GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GNB Seguros Vida) é a seguinte:

Conselho de Administração

Em 30 de junho:

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente) José António Rodrigues Nunes Coelho (Vogal)

Administrador que tomou posse em 5 de julho de 2018: Jorge Daniel Lopes da Silva (Vogal)¹

Mesa da Assembleia Geral

Lourenço Nascimento da Cunha (Presidente) Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho (Secretário)

Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente) José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal efetivo) Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal efetivo) Paulo Ribeiro da Silva (Vogal suplente)

MI

Relatório e Contas Consolidado

¹ Em substituição do Dr. Manuel Costa Braz, administrador cuja renúncia produziu efeitos a 31 de janeiro de 2018, foi cooptado em 22 de Março de 2018 o Dr. Jorge Lopes da Silva, que após aprovação em Assembleia Geral e autorização da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) tomou posse a 5 de julho de 2018.



1.3 - Enquadramento económico

1.3.1 - Breve enquadramento macroeconómico

Não obstante uma desaceleração pontual nos primeiros meses do ano e apesar da emergência de diversos fatores de risco político, o 1º semestre de 2018 ficou marcado pelo prolongamento do ciclo de expansão da atividade económica global. O crescimento das principais áreas económicas foi suportado por condições monetárias e financeiras favoráveis, por políticas orçamentais expansionistas, pela melhoria das condições no mercado de trabalho, pela resiliência do comércio internacional e por uma recuperação da atividade industrial, associada a crescimentos robustos do investimento. No entanto, em contraste com 2017, em que se observou uma evolução sincronizada das principais áreas económicas, a primeira metade de 2018 trouxe a perceção de um desempenho divergente entre os EUA e as restantes economias, em particular a Zona Euro.

Em Portugal, o PIB cresceu 0.4% QoQ e 2.1% YoY no 1º trimestre de 2018, estimando-se que a atividade económica tenha registado uma ligeira recuperação no 2º trimestre, para crescimentos em torno de 0.6% QoQ e 2.4% YoY. A expansão da atividade económica na primeira metade do ano assentou, sobretudo, no dinamismo do consumo privado e do investimento. A persistência de condições monetárias e financeiras favoráveis (permitindo uma recuperação do crédito às famílias e empresas), um desempenho positivo das exportações (sobretudo, mas não só, de serviços de turismo), a redução do desemprego (de 7.9% para 7.3% da população ativa entre Maio e Junho) e o forte dinamismo do mercado da habitação (com os respetivos precos a acelerarem para 12.2% YoY no 1º trimestre) traduziram-se em níveis de confiança elevados entre as empresas e as famílias (embora em níveis inferiores aos observados no final de 2017) e suportaram o prolongamento do ciclo de expansão da atividade. A inflação homóloga atingiu 1.5% em Junho, vs. 1% em Janeiro e vs. um mínimo anual de 0.4% em abril. Os resultados positivos apresentados nas contas públicas, o ambiente de aparente estabilidade política e o desempenho positivo da atividade económica mitigaram o efeito de contágio de Itália sobre a dívida pública portuguesa. Após recuar de 152 b.p. para um mínimo anual de 110 b.p. até meados de Maio, o spread das OTs a 10 anos face ao Bund alemão atingiu um máximo anual de 193 b.p. no final desse mês, sobretudo por efeito de contágio de Itália e, em parte, de Espanha. A yield a 10 anos subiu de 1.74% para 2.19% (mais 45 b.p.) na segunda metade de Maio. Até ao final de junho, a yield e o spread recuariam para 1.79% e 149 b.p., respetivamente, com Portugal a manter um spread soberano inferior a Itália.

1.3.2 - Breve enquadramento do setor Segurador

Com uma amostra de cerca de 98,3% do mercado², o volume de produção agregada do mercado segurador no final de junho de 2018 atingiu os 6,348 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 15,8% relativamente a igual período de 2017. Este desempenho foi consequência tanto da evolução observada no ramo Não Vida, que registou um acréscimo de 7,8%, como no Ramo Vida que cresceu 21,3%.

M AS W

Relatório e Contas Consolidado

² Fonte: APS (junho de 2018)



Nos primeiros 6 meses do ano no Ramo Vida verificam-se crescimentos em todos os segmentos, com destaque para o PPR que apresenta um acréscimo de 50,3% face ao período homólogo. Os seguros de capitalização crescem 10,8% e os seguros de risco / tradicionais crescem 2%.

Milhares de euros	jun-18	jun-17	Var.
PORTUGAL RAMO VIDA	3.954.242	3.260.704	21,3%
RISCO	500.324	490.561	2,0%
- Rendas Vitálícias	22.033	20.971	5,1%
- Restantes Produtos Risco	478.291	469.591	1,9%
FINANCEIROS	3.453.918	2.770.143	24,7%
- Produtos de Capitalização	1.992.103	1.797.755	10,8%
- Não ligados a Fundos de investimento	1.233.417	782.653	57,6%
- Ligados a Fundos de investimento	758.686	1.015.102	-25,3%
- PPR	1.461.815	972,388	50,3%
- Não ligados a Fundos de investimento	1.324.086	822.568	61,0%
- Ligados a Fundos de Investimento	137.729	149.820	-8,1%
RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo	2.393.479	2.219.466	7,8%
TOTAL DO MERCADO	6.347.722	5.480.171	15,8%

Em relação às Provisões Matemáticas do Ramo Vida, que representam o montante em *stock* gerido pelas Companhias de Vida, registam a maio um volume de 39.897 milhões de euros. O que significa um crescimento de 2,7% em relação a maio de 2017.

1.4 - A Atividade Consolidada da GNB Seguros Vida

Aspetos relevantes da atividade e resultados

Nos primeiros meses do ano, a atividade da Companhia registou um abrandamento, que conduziu a uma redução de 2,3% do volume das responsabilidades sob a sua gestão, face a dezembro de 2017.

O volume da produção da GNB Seguros Vida no 1º semestre de 2018, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a cerca de 174,5 milhões de euros (um acréscimo de 132,1% face ao período homólogo do ano anterior).





Neste contexto, em junho de 2018, a Companhia apresentou um resultado líquido consolidado de 5,4 milhões de euros, resultante sobretudo do contributo da atividade financeira.

Milhares de euros	junho 18	junho 17	Var.
TOTAL	174.499	75.197	132,1%
PORTUGAL	174.484	75.158	132,2%
RISCO	30.054	29.640	1,4%
- Rendas Vitalícias	81	167	-51,3%
- Restantes Produtos Risco	29.973	29.473	1,7%
FINANCEIROS	144.429	45.518	217,3%
- Produtos de Capitalização	56.460	25.475	121,6%
 Não ligados a Fundos de investimento 	10.258	4.116	149,2%
- Ligados a Fundos de investimento	46.202	21.359	116,3%
- PPR	87.969	20.043	338,9%
- Não ligados a Fundos de investimento	83.621	17.030	391,0%
- Ligados a Fundos de investimento	4.348	3.013	44,3%
ESPANHA	16	39	-60,1%
CONTRATOS DE SEGURO	120.705	49.443	144,1%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	53.795	25.754	108,9%
	174.499	75.197	132,1%

No mercado do ramo vida, em junho de 2018, a GNB Seguros Vida tem uma quota de mercado³ de prémios de 4,3% (2,3% em junho de 2017).

- Nos PPR's, a produção alcançou os 88 milhões de euros, com um acréscimo de 338,9%.
- Os produtos de Capitalização, registaram um acréscimo face a junho de 2017, na ordem dos 31 milhões de euros, representativo de um acréscimo de 121,6% no volume de 56 milhões de euros
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 30,1 milhões de euros, crescem face ao ano anterior (1,4%).

Os custos com sinistros liquidos de resseguro, apresentam um decréscimo relevante na ordem dos 29,5%, com um valor de 89,1 milhões de euros registados no 1º semestre de 2018 (face aos 126,3 milhões de euros registados em igual periodo de 2017), sobretudo devido à diminuição dos resgates dos produtos de capitalização.

As provisões técnicas de seguro direto aumentaram em 2,2%, de 1.258 milhões de euros em dezembro de 2017 para 1.285 milhões de euros em junho de 2018. De igual forma, os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 2,3%, passando de 2.996 milhões de euros apresentados em dezembro de 2017 para 2.928 milhões de euros verificados em junho de 2018, verificando-se assim uma diminuição do volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2018.

O activo contribuiu com um decréscimo de 1,4% (5.289 milhões de euros em dezembro de 2017 para os atuais 5.213 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos e gastos de exploração da GNB Seguros Vida durante os primeiros 6 meses de 2018 diminuiram 4,7%, atingindo um valor de 12,3 milhões de euros, face aos 12,9 milhões euros registados em igual periodo de 2016.

Ao nível do resultado líquido, foi similar ao do período homólogo, passando de 5,377 milhões de euros em junho de 2017, para os atuais 5,365 milhões de euros.

Relatório e Contas Consolidado

pág. 9

³ Fonte: APS (junho 2018)



O capital próprio da Companhia em junho de 2018 atingiu os 433,3 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 6,5% em relação ao verificado em dezembro de 2017 (463,1 milhões de euros).

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., não tendo o mesmo sido auditado.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, determinantes para o desempenho e resultados obtidos pela GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A., durante os primeiros meses do ano.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 9 de agosto de 2018 O Conselho de Administração



Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da GNB Seguros Vida foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas consolidadas da GNB -Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1º semestre do exercício de 2018, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funcões:

Nome	<u>Função</u>
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	Presidente do Conselho de Administração
José António Rodrigues Nunes Coelho	Vogal do Conselho de Administração
Jorge Daniel Lopes da Silva (Vogal)	Vogal do Conselho de Administração

M 76 W



2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexos Integrantes

2 /w/m



2.1 - Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

Conta de Ganhos e Perdes	Nota	Técnica	junho 2018 Não Técnica	T-1-1	junho 2017
Conta de Califica e Perdas	11010	recinca	Alan Tienien	W-4-1	
		Vida	Nau recilica	Total	741110 2017
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	100.478.488		100.478.488	28.053.981
Prémios brutos emitidos	,	120,704,553		120.704.553	49.443.45
Prémios de resseguro cedido		(19.977.305)		(19.977,305)	(21, 120.659
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(248.760)		(248.760)	(268.817
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos			·		
contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	6.032.949		6.032,949	8.674,641
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7 '	(89,114,092)		(89.114.092)	(126.318.569
Montantes pagos	,	(86.468.751)		(86.468.751)	(129.963.276
Montantes brutos		(92.416.613)		(92.416.613)	(135.027.721
Parte dos resseguradores		5.947.862		5.947.862	5.064,445
Provisão para sinistros (variação)	•	(2.645.341)		(2.645.341)	3.644.707
Montante bruto	•	(2.539.133)		(2.539.133)	1,880,508
Parte dos resseguradores		(106.208)		(106.208)	1.764.199
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(29.451,623)		(29.451.623)	(633.927
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9 .	(14.210.935)		(14.210.935)	92.173.768
Montante bruto	٠.	(13.987.589)		(13.987.589)	92.589.306
Parte dos resseguradores		(223.346)		(223.346)	(415.538)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(6.065.388)		(6.065.388)	(519.071
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(12.285.600)		(12.285.600)	(12.891.460
Custos de aquisição	,	(9.963.981)			
Gastos administrativos				(9,963.981)	(10.137.501)
		(2.221.316)		(2.221.316)	(2.482.598)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	40	(100.303)		(100.303)	(271,361)
Rendimentos	12	33.580.134	576.245	34.156.379	50.950.333
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		25,837,520	580,831	26.418.351	38.568.737
Outros		7.742.614	(4.586)	7,738.028	12.381.598
Outros gastos financeiros	13	(5,196,267)	•	(5.196.267)	(4, 943, 560)
Sanhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo	16	36.148.844		36,148,844	(12.279.122)
alor através ganhos e perdas		- 00			X(2
De ativos disponíveis para venda		71,055.706	•	71.055.706	24,633,921
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(34.906.862)	-	(34.906.862)	(37, 113, 396)
De outros			-	- 19	200.353
Sanhos liquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor Itravés ganhos e perdas	17	(13,757,946)	8.765	(13.749.181)	5 298 433
Ganhos liquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	•	(13.760.521)	8.765	(13,751,756)	11,554,077
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no					
reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		2.575	•	2.575	(6.255.644)
Diferenças de câmbio	18	6.373.824		6.373.824	(15.034.615)
Sanhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados		0.010.021	22	0.010.021	(10.00-1.010)
como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais lescontinuadas	19	(4.290.779)	5.072	(4.285.707)	3,698,867
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	20 -	(6.563.049)	(70.298)	(6.633.347)	(8.487.725)
outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21 -	(82.797)	(10.230)		
outros rendimentos/gastos tecnicos, riquidos de resseguro.	21 -	(02,131)	12 200	(82,797)	(81.873)
RESULTADO LIQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO	-		12.266	12.266	(7.398)
CONTROLADOS		1.595.763	532.050	2.127.813	7,652,703
mposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	33		(467.725)	(467.725)	(227.505)
mposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	33		535.940	535.940	(2.010.851)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE NTERRESSES NÃO CONTROLADOS	•			2.196.028	5.414.347
		*	-	500.557	(37, 565)
nteresses não controlados					
nteresses não controlados RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-			2.696.585	5.376.782

Mark



2.2 – Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DE 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 30 DE JUNHO DE 2017

		Val	ores em euros
	Nota	2018	2017
Resultado líquido do exercicio		2.696.585	5.376.782
Variação das reservas de reavaliação			
itens já classificados para a demonstração de resultados			
Imparidades dos ativos financeiros disponiveis para venda	20	6.633.347	8.487,725
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		(71.055.643)	(23.925.633)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(3.945,356)	84.591.589
Variação dos impostos correntes e diferidos	33	11.407.542	(16.965.014)
Outras variações de capital próprio			
Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	41	24 370.621	(4.157.757)
Total do rendimento integral		(29.892.904)	53,407,692





2.3 – Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

ATIVO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO 2017 e 30 de JUNHO 2017

Valores em euros Demonstração da posição financeira Nota iunho 2018 dezembro 2017 junho 2017 ATIVO Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 23 243.382.938 219.538.391 155.626,473 1.987.724 1.567.687 Ativos financeiros detidos para negociação 24 16.621.211 Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de 25 1,028,885,186 1,062,405,535 1,117,242,104 ganhos e perdas Ativos disponíveis para venda 26 3,232,618,490 3.276.652.631 3.354.508,163 Empréstimos e contas a receber 27 150,639,477 168.883.448 139 678 668 Outros depósitos 143.126,078 129,259,684 94.530.006 Empréstimos concedidos 7.513.399 39.623.764 45.148.662 405.809.537 410.190.841 419.516.645 Terrenos e edificios 28 Outros ativos tangiveis 29 428.419 432.755 439.388 Outros ativos intangiveis 30 696,160 193.839 107.041 7.262.863 7.319.684 7.811.629 Provisões técnicas de resseguro cedido Provisão para prémios não adquiridos 7.736 10.406 9,713 Provisão matemática do ramo vida 1.372.320 1.595.666 1.811.776 Provisão para sinistros 5.602.371 5.708,579 5.872.080 5.033 118.060 Provisão para participação nos resultados 280.436 Ativos por beneficios pós-emprego e outros beneficios de longo prazo 15 2.146.059 2.128.535 73.040.200 85.016.655 79.258.176 Outros devedores por operações de seguros e outras operações 32 Contas a receber por operações de seguro direto 12.592.113 1, 182,756 730.251 196,056 Contas a receber por outras operações de resseguro 18.085 21.736 Contas a receber por outras operações 60.430.002 83.637.843 78.506,189 Ativos por impostos 33 64.992.774 54.084.771 67.943.014 Ativos por impostos correntes 12.759.128 13.466.022 20.334.829 Ativos por impostos diferidos 52.233.646 40.618.749 47.608.185 656.762 780.569 Acréscimos e diferimentos 571.341 34 Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas 35 257, 100 257, 100 263.000 5.359,796.081 **TOTAL ATIVO** 5.212.803.689 5.289.243.213

Marn



GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S. A.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 30 DE JUNHO 2017

			v	alores em euros
Demonstração da posição financeira	Nota	junho 2018	dezembro 2017	junho 2017
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				• 1
Provisões técnicas	31	1 285 311 416	1.257.534.587	1 252 807 133
Provisão para prémios não adquiridos		3 506 252	3 260, 162	3 447 939
Provisão matemática do ramo vida		1,186,955,596	1,173,068,337	1.204.437.369
Provisão para sinistros do ramo vida		35 749.646	33 110 181	30 287 785
Provisão para participação nos resultados		22 019 546	40,467,154	11 969.706
Provisão para compromissos de taxa		37.080.376	7 628 753	2 664 334
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	36	2.927.710.210	2 996 428 822	3 056 550 311
Outros passivos financeiros	37	386,156,095	389.012.459	411 963 389
Passivos subordinados		90,069,548	90.075.630	90 069 328
Depósitos recebidos de resseguradores		7,954	7.954	7 954
Outros		296.078.593	298 928 875	321 886 107
Passivos por beneficios pós-emprego e outros beneficios de longo prazo	15			105.380
Outros credores por operações de seguros e outras operações	38	117,791,949	111.985 596	121 609 042
Contas a pagar por operações de seguro directo		21 812 273	17 184 172	10 417 292
Contas a pagar por outras operações de resseguro		15,334,387	8.792.203	8 449 798
Contas a pagar por outras operações		80 645 289	86 009 221	102 741 952
Passivos por impostos correntes	33	1 333 889	1 488 829	2 099 674
Acréscimos e diferimentos	39	31,507,216	33 916 697	34,488,040
Outras Provisões	40	28.470.461	28 225 466	29.671.302
TOTAL PASSIVO		4.778.281.236	4 818 592 456	4,909.294,271
CAPITAL PRÓPRIO	41			
Capital		50.000.000	50 000 000	50 000 000
Reservas de reavaliação		47 893 777	91 890 809	70.745.632
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		55 008 005	101,409 209	77 412 294
De diferenças de câmbio		(7,114 228)	(9.518.400)	(6.666.562)
Reserva por impostos		(12 479,996)	(23.887 538)	(18,478.914)
Outras reserves		335,750,646	335,750,646	52.976.427
Resultados transitados		9.393.515	737.827	281 273 441
Resultado do exercicio		2.696 585	8.655,688	5 376.782
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		433.254.527	463.147.432	441.893 368
Interesses não controlados		1 267 926	7 503.325	8.608 443
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		434.522.453	470.65D.757	450 501 810
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		5.212.803.689	5,289 243,213	5.359.796.081





2.4 - Demonstração das variações do Capital Próprio

GNB - COMPANHA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PROPRIO CONSOLIDADO DOS EXERCICIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DEZEMBRO DE 2017

Outras reservas (85.477.015) Balanço a 1 de Janeiro de 2017 Ganhos liquidos por ajustamento no justo velor de ativos 72 004 395 Enanceiros deponívere para venda. Ganhos liquidos por diferenças por taxa de cambro de ativos Enanceiros deponíveis para venda. (2 850 715) Ajustamento por reconhecimento de impostos difendos e correntes (15 955 014) (18 985 014) Outros ganhos/(perdes) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariars) (4 157 757) (4 157 757) Aumento/diminuição de reserves por aplicação de resultado (85 477 015) 85 477 015 Total da variação do capital próprio Resultado liquido do exercizo Balanço a 30 de Junho de 2017 Ganhos inquidos por quatemento no justo valor de ativos 64,995,923 (18.965.014) (85.477.015) 65.477.015 5.376.782 53 026 365 53 028 385 Ganhos liquidos por diferenças por taxa de cambió de ativos (2 851 737) (2 851 737) financeiros disponíveis para venda Ajustamento por reconhecimento de impostos difendos e (5 408 624) (5 408 624) correttes
Aumentos de resenses por aplicação de resultados
Outros ganhos/(perdes) reconhecidos diretamente no capital
(shadow accounting/remensurações etuanas)
Total da variação de capital próprio
Resultado liquido de esercicio
Balança a 11 de Daz embro de 2017
Canhos liquidos por apatamento no justo valor de stivos
financiamos desconveis para acconveis. 260 535 615 (280 535 815) (29 031 471) 2 238 604 (26 792 867) 21,145,177 (5.408.624) 282,774,219 (280, 535, 615) 17,975,157 3 278 908 3 275 006 91.890.809 (70 771 625) (70 771 825) financeros disponves para venda Ganhos logidos por diferenças por taixa de cambro de ativos financeiros deponíveis para venda Ajustamento por reconhecimento de impostos difendos e 11 407 542 11 407 542 Aldasariemo por resumble.

Outros ganhos/(perdes) reconhecidos diretamente no capital
(shadow accounting/remensurações atuanas)

Aumento/dminução de reserves por aplicação de 24 370 621 24 370 621

As Notas explicatives anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

11,407,542

(43.997.032)

Ver, adicionalmente, nota 41.

Aumento/cominação de resentados Total da variação do capital próprio Resultado liquido do exercício Balanço a 30 de Junho de 2018

Mask

8 655 689

A 055 689

(8 655 689) (8.655.689) 2 595 585 2.696.584

(32,589,490)



2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO 2018, 30 DE JUNHO 2017 E 31 DE DEZEMBRO 2017

				Valores em euros
		Jun-2018	dez-2017	jun-2017
-	FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL			
A	Recebimentos			
1	Operações de Seguro	129 672 880	98.414.653	50 776 818
	Operações de Resseguro	141 731	1 668.082	1.500.402
	Operações com contratos de investimento	46 011 972	55, 386, 986	25 708 734
-	Outras Atividades Operacionais	2.253	5,653	3,595
8 1	Pagamentos			
	Operações de Seguro	(91 812 136)	(200.939, 192)	(127 229 500
	Operações de Resseguro	(14 725 777)	(48.182.887)	(25.766.547)
	Operações com contratos de investimento	(142 240 734)	(440.017/907)	(287 416 254)
	Comissões	(16 405 503)	(14,716,630)	(12 447,723)
	Participação de Resultados	(142 375)	(925.095)	
	Outras Atividades Operacionais	(45.703)	(127 493)	(92.116)
	Pagamentos ao Pessoal	(868.066)	(2.026.424)	(972.281)
	Pagamentos a Fornecedores	(5.545, 154)	(9.405,401)	(6 515.821)
E	Outros pagamentos e recebimentos	112 948	1,742.360	1_183.401
F	impostos e Taxas	(5 689 244)	(17 625 498)	(11,325,770)
	mpostos sobre o rendimento	(2)	(527 868)	(560 894)
	Fluxos de Atividade Operacionais (1)	(101 532 910)	(577.276.481)	(393.153.955)
	FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
н	Recebimentos			
-	Alienação de Investimentos	1 894 445 167	4 699.251 794	2 723 199 865
	Reembolso de depósitos	11 056 441 957	17:179 985.168	8 502 664 599
	Dividendos	3 298 990	6.006.178	2.853.556
	Auros	28 481,601	78,102 210	41,134,164
	Outros Rendimentos	2.375.788	6.758.248	6.613.169
	Pagamentos			
	Aquisição de Investimentos	(1.657 928.065)	(4.206.707 923)	(2 260 719 149)
	Constituição de depósitos	(11.199 562.196)	(17. 294. 540. 880)	(8.597.191.625)
	Aquisição de Imobilizado	(64.071)	(285.219)	(145.915)
-	Despesas de gestão, manutenção e outras	(964.429)	(1 973.439)	(1.002.256)
		400 504 740		447 400 407
	Fluxos de Atividade de Investimento (2)	126.524.742	666.596.157	417.406.407
i	FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
K i	Pagamentos	/4 4 4 7 BAR	10 007 000	(1.484.00**
	Juros sobre Empréstimos	(1.147.285)	(2.307.306)	(1.151.981)
,	Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(1.147.285)	(2.307 306)	
,	Fluxos de Atividade de Financiamento (3) VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(1.147.285) 23.844.547	(2.307 306) 67 012 390	(1 151 981) 23 100 472
_				





2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

A Companhia foi constituída em 28 de junho de 1993, e tem como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, que se iniciou em 1 de janeiro de 1994. A Sucursal de Espanha, com sede em Madrid, iniciou a sua atividade em junho de 1996, tendo encerrado em maio de 2016 e estando atualmente a Companhia a operar em Espanha em regime de livre prestação de serviços. Em agosto de 2006, a Companhia anteriormente designada Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A. como resultado da operação efetuada entre o Banco Espírito Santo, S.A. e a Companhia Crédit Agrícole, alterou a sua designação para BES-Vida, Companhia de Seguros S.A.("Bes-Vida" ou "Companhia").

Em maio de 2012 o Banco Espirito Santo, S. A. adquiriu o controlo da Companhia ao Crédit Agrícole Assurance, S.A.

Na sequência da deliberação de 03 de agosto de 2014 do Banco de Portugal, onde foi constituído o Novo Banco, S.A., a Companhia em 18 de dezembro alterou o seu nome para GNB — Companhia de Seguros de Vida, S.A ("GNB — Seguros Vida" ou "Companhia").

A Companhia emitiu em 2002 divida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (nota 38).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
LUSITANO PROJECT FINANCE № 1 FTC	2007	2012	Portugal	Fundo de Investimento	82,79%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de Investimento	53,94%
PORTUCALE	2000	2000	Portugal	Sociedades imobiliária	100,00%
NB - Opportunity Fund	2006	2017	Luxemburgo	Fundo de Investimento	64,27%
NB Património	1992	2017	Portugal	Fundo de Investimento	54,77%

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da GNB Seguros Vida agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de Setembro.

Este Plano de Contas tem por base as *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações

Mark



emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações financeiras foram igualmente preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras e a Companhia prepara as demonstrações financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade do negócio.

As demonstrações financeiras da Companhia de 30 de junho de 2018 foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos e passivos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros disponíveis para venda, os imóveis de rendimento e os passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.2. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNB Seguros Vida e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As subsidiárias são consolidadas pelo método integral a partir da data em que o controlo é transferido para a Companhia, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Companhia nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for

3 WW



inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Quando à data de aquisição do controlo a Companhia já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela Companhia são reconhecidos ao justo valor à data de aquisição. Alterações subsequentes ao justo valor dos pagamentos são reconhecidas de acordo com a IAS 39, quer em resultados do exercício, quer em outros rendimentos integrais.

Pagamentos contingentes classificados e reconhecidos como componentes de capitais próprios não são remensurados, sendo a sua liquidação futura concretizada e contabilizada em capitais próprios.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

Estas participações, nas contas individuais, encontram-se registadas em ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por ganhos e perdas.

Entidades estruturadas

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- · Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

MKU



Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Interesses não controlados versos passivos financeiros

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações e fundo de investimento classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Para efeitos de conversão cambial foram usados os seguintes câmbios do Banco de Portugal:

	30 de	junho 2018	31 de de:	zembro de 2017
	C	ambio		Cambio
	Fecho	Médio de 6 meses	Fecho	Médio do ano 2017
EUR/USD Fonte: Banco de Portugal	1,1658	1,2104	1,1412	1,083

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia são considerados, para efeitos contabilísticos, como derivados de negociação classificados na linha ativos financeiros detidos para negociação ou incluídos na rubrica "Outros passivos financeiros — Outros".

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o

Relatório e Contas Consolidado



instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Investimentos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui empréstimos e outros valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro, depósitos a prazo e outras transações.

Caixa e seus equivalentes e Depósitos à ordem

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

My Re

23



Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, excepto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os "Empréstimos concedidos e contas a receber" são reconhecidos ao justo valor no momento inicial e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade. Para efeitos de contas consolidadas, esta rubrica está valorizada ao justo valor por ganhos e perdas, na componente dos empréstimos concedidos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os instrumentos financeiros que se encontram valorizados ao justo valor devem ser segregados em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas:

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os dados não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

 Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.

K: W M



- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("Net Asset Value") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Tendo por base os critério definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhía tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação" para as carteiras de "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" ou para "Investimentos financeiros detidos até à maturidade", desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;
- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de "Ativos financeiros disponíveis para venda" para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Investimentos financeiros detidos até à maturidade" são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de divida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos concedidos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos financeiros detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui,

Mass



e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda que correspondem a instrumentos de dívida, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o "accounting mismatch" são registados ao justo valor.

2.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Relatório e Contas Cor solidado



Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas". As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As transferências de propriedade de investimentos são realizadas ao justo valor, nas datas em que ocorrem.

2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

14

76

18 W

Relatório e Contas Consolidado



Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis GNB-Seguros Vida são capitalizados quando:

- a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar beneficios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. "São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais".

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Beneficios concedidos aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

X W M



Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente por atuários independentes por recurso ao método de unidade de crédito projetada, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2016 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (settlement).

A Companhia não aderiu ao novo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro liquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em "outros rendimentos integrais".

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer líquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

R N M



Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalicia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de dezembro de 2011.

A GNB Seguros Vida não tem responsabilidades legais ou construtivas com pagamentos adicionais para o plano de contribuição definida, para além dos referidos e durante o período de prestação de serviço pelo empregado.

Prémio de permanência (beneficio de médio/longo prazo)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Beneficios de saúde

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos préreformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.





Beneficios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A GNB Seguros Vida reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas; na qual a GNB Seguros Vida deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a GNB Seguros Vida reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal, durante um período de quatro anos.

2.13. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos."

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.



2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos segurados, é considerado como um contrato de seguro e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

x WM



Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por líquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões matemáticas são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão matemática de seguro direto.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para participação nos resultados são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para participação nos resultados de seguro direto.

Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expetativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 31).

Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

My ris w



Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para prémios não adquiridos de seguro direto.

2.17. Reporte por segmentos

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

Os segmentos operacionais da GNB Vida são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, e para os quais se estima um risco insignificante de perda de valor.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

in now



NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das estimativas e julgamentos analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 Estimativas

3.1.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) default no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.1.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de

Ay ~ W

Relatório e Contas Consolidado



rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.1.3. Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB-Seguros Vida, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

3.1.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.1.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística "provisões técnicas". As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prémios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos

Relatório e Contas Consolidado



resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Produtos tradicionais produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rendibilidade financeira dos ativos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados e Unit Linked— produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

My re U

Relatório e Contas Consolidado

pág. 37



A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

O reporte de segmentos é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

	Periodo findo en Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	9 832,306	90 646 182			100 478 488
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para					
efetos contabilisticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	•		6.032.949	- 4	6 032 949
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.367 308)	(86.746.784)		4	(89 114 092
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(294.186)	(29.157 437)			(29 451.623
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(223.338)	(13 987 597)	-		(14 210 935
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(458 303)	(5.607.085)			(8.065.388
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.781.600)	(9 986 586)	3.542.551	(3 059 965)	(12.285 600
Rendimentos	5.800 099	8.694.704	19 861 576	7.4	34 156 379
Gastos financeiro		(5.196.267)			(5 198 267
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e pentas	5.075.355	24 274.154	6.799.335		36 148 844
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(432 804)	(737_151)	(12.579.226)		(13.749.181
Diferenças de câmbio Ganhos liquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam	(73.304)	(185 229)	6.632.357		6.373 824
clastificados como ativos não comentes detidos para venda e unidade desontinuadas	•		(4 285.707)	*	(4.285.707
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.084.209)	(1.649.182)	(3 599 956)		(6.633.347
Outros rendimentos/gastos técnicos, tíquidos de resseguro		(82,797)			(82 797
Outros rendimentos/gastos		12 266			12 266
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	12.792.708	(29.708.809)	22,103.679	(3.059.965)	2,127,813
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(48.381)	(385.481)	(42.908)	9.023	(467,725
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	4.478.452	(7.076,941)	3.971.628	(835.200)	535.940
Resultado líquido após impostos e antes interestes minoritários	17.220.799	(37,171,231)	26.032.601	(3.884.142)	2,196,028
Interesses Minoritatios	154		500 557	<i>j</i> **	500 557
Resultado líquido do exercício	17.220.799	(37,171,231)	26.533,158	(3.886.142)	2,696.585

	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	8 291.050	19.762 931			28 053.981
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para			44 .		
eletos contabilisticos como contrato de investimentos ou como		6	B 674.635		8.674 641
contratos de prestação de serviços	142				
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(3 401 738)	(122.916.831)			(126 318 569)
Outras provisões técnicas, fiquidas de resseguro	(632 008)	(1,919)			(833 927)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(440 355)	92 614 123			92.173.768
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(506.396)	(12.675)			(519 071)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2.030.573)	(9.729.899)	2.122.303	(3.253.291)	(12 891.460)
Rendimentos	6 526 859	10.624,356	33.799.116		50 950 333
Gastos financeiro		(4.943.580)			(4 943 560)
Ganhos liquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.718.554	(4 699.746)	(12.297 930)	9	(12.279.122)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	528.253	(1 052.790)	5.822.970		5.298 433
Diferenças de câmbio	(173.657)	(754.842)	(14.108.116)	343	(15 034 615)
Ganhos Ilquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam					
clas lificados como ativos não climentes detidos para venda e unidade desontinuadas		3 696.867			3.696 567
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(849,876)	(1.774.363)	(5.872.486)		(8 487 725)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(78.934)	(2 939)		(81.873)
Outros rendimentos/gastos		(7.398)			(7, 398)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	12.039.113	(19.272.674)	18.139.555	(3.253.291)	7,682,703
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(40 354)	(185.383)	(12 693)	10.905	(227,505)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	3.735.297	(5.911.817)	1 175 048	(1.009.377)	(2.010.851)
Resultado líquido do exercício	15.734.056	(25.369.854)	19.301.908	(4.251,743)	5.414.347
Interesses Minoritários	7.4	17	(37 585)		(37 565)
Resultado liquido do exercício	15.734.056	(25.389.854)	19.264.343	(4.251.763)	5.376.782



Balanço*

	30 de jun	ho de 2018			
	Tradicionais	Caprialização com participação nos resultados	Capitalização sem perticipação nos resultados	Outros	Total
ATIVO			-	EV.	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem Afros e passivos financeiros detidos para negociação	31.538.485 32.052	1.409.597 69.859	201.951. 870 1.857, 419	8.482. 986 (544 187)	243.382, 938 1.415, 143
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de panhos e perdas	4.736.845	8.513. 690	1.015.355.640	279. 011	1.026 885, 188
Allvos financeiros disponíveis para venda Empréstimos concedidos e corias a receber Terrenos e Edificios	629.021.523 10.513.161	964 395, 381 45.433, 881 35.451, 194	1.637.077 219 94.641, 025 356.143, 886	2.124. 367 51. 410 14.214. 457	3 232 618, 490 150 639, 477 405 809, 537
PASSIVO					
Provisões Técnicas Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de	46.143.127	1.239.168. 289	•	•	1.285.311416
seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efetos comabilísticos como contratos de investimento	*		2 927.710. 210		2 927 710 210

	31 de dez	embro 2017			
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.110. 111	4.745, 299	160,419, 935	39.524, 262	208.799. 607
Ativos e passivos financeiros detidos para regociação	3. 629	95. 809	1 323, 262	(704 289)	718, 411
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.442. 576	8.700. 748	1,034,289, 357	7 121. 640	1.053.554 821
Attivos financeiros disponíveis para venda	528.515.079	969 382, 202	1,908,972,595	2.216, 200	3.509.367 076
Empréstimos concedidos e contas a receber	25 655. 384	20 207 051	68.677 121	82, 164	114.621, 720
Terrenos e Edificios	•	35,328, 194		14.337: 456	49.665.650
PASSIVO					
Provisões Técnicas Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de	45.023. 398	1.212.511 189	*	•	1.257.534. 587
seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de Investimento	•	•	2,996,428, 823	•	2 996 428. 823
_					

[&]quot;Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio.

NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2018	2017
Prémios brutos emitidos	120 704 553	49.443.457
Prémios de resseguro cedido	(19,977,305)	(21, 120, 659)
Prémios líquidos de resseguro	100,727,248	28.322.798
Variação da provisão para prémios não adquiridos. líquida de resseguro	(248.760)	(268.817)
Prémios líquidos de resseguro	100.478.488	28.053.981

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de vida e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

M 76 V



Alguns indicadores relativos aos seguros de vida, podem ser analisados como segue:

	2018	2017
Tradicionais - Vida risco	9 832 306	8.267.843
Capitalização com participação nos resultados	90 646.182	19.786.138
	100,478.488	28.053.981

A rubrica de prémios de resseguro cedido incluiu os valores de prémios de resseguro decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices vivas que estavam em vigor em 30 de junho de 2013, mantendo-se em vigor até à extinção desta carteira.

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	2018	2017
Comissões de subscrição	56.502	44.828
Comissões de gestão	5,568,037	7.630.182
Comissões de resgate	408.411	999.631
	6 032 949	8.674.641

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2018	2017
Seguro direto		
Montantes pagos	(92.114.375)	(134.753,844)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(302.238)	(273,877)
Variação da provisão para sinistros	(2,539,133)	1,880,508
	(94,955,746)	(133,147,213)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	5.947.862	5,064,445
Variação da provisão para sinistros	(106.208)	1.764.199
	5.841.654	6,828,644
	(89.114.092)	(126.318.569)

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

, A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro é analisada como segue:

	2018	2017
Provisão para compromissos de taxa	(29.451.623)	(633.927)

TO WM



A provisão para compromissos de taxa corresponde à responsabilidade da Companhia decorrente de contratos seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica "Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro" inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (nota 31).

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de "Participação nos resultados líquida de resseguro" diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (Nota 31).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2018	2017
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(22.562)	(31.635)
Comissões de subscrição	(1.883.296)	(1.514.904)
Comissões financeiras	(6.279.174)	(7.352.114)
Outros	(975.591)	(468, 155)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(803.358)	(770.693)
	(9.963.981)	(10.137.501)
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(2.221.316)	(2,482,598)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(375.706)	(384.387)
Participação nos resultados de resseguro	275,403	113.026
	(2.321,619)	(2.753.959)
	(12.285.600)	(12.891.460)

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2018	2017
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados		
ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	24,734,880	37.217.358
de terrenos e edificios	1,623.105	1.335.781
de empréstimos concedidos e contas a receber	56.810	23,437
de depósitos em instituições de crédito	3.556	(7,839)
	26.418.351	38.568.737
Rendimentos de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	(43.907)	1,721,078
de ativos ao justo valor através de resultados	7,781,935	10,660,518
	7.738.028	12.381.596
	34.156.379	50.950.333

M

76 1

pág. 41



NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de "Outros Gastos financeiros" inclui os custos imputados à função investimentos (Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, exploração, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2018	2017
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 13)	5,196,267	4.943.560
Custos administrativos (ver Nota 11)	2.221.316	2.482.598
Custos de aquisição (ver Nota 11)	803.358	770.693
Custos com sinistros (ver Nota 7)	302,238	273.877
	8.523.179	8.470.728

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

2018	2017
3.042.214	2.651.718
2,394,822	2.793.218
1.356.052	1.416.621
1.142.186	1.145.288
487.690	331.052
89.826	97.507
10.389	35.325
8.523.179	8.470.728
	3.042.214 2.394.822 1.356.052 1.142.186 487.690 89.826 10.389

- Os "Juros suportados" dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.
- (ii) A rubrica de "Comissões" é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.
- (iii) Os "Custos com o pessoal" desagregam-se como segue:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	72.823	52.380
Remunerações do pessoal	969.404	1.054.455
Encargos sobre remunerações	205.569	259,500
Beneficios pós emprego	(2.741)	(16.449)
Seguros obrigatórios	28.590	12.942
Custos de acção social	24.719	44.582
Outros custos com o pessoal	57.689	9.211
	1.356.052	1.416.621

~ My



Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração é desagregada da seguinte forma:

	2018	2017
Conselho de Administração		
Remunerações e outros beneficios	72.823	52.380
Beneficios pós emprego		3 987
	72.823	56.367

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, por categoria profissional, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da GNB Seguros Vida analisa-se como segue:

	2018
Diretor Técnico	6 24
Coordenador Operacional	2
Gestor Operacional	2
Gestor Técnico	4 15
Especialista Operacional Auxiliar Geral	15
Auxiliai Gelai	
	54
	-
	2017
Diretor	<u>2017</u>
Diretor Técnico	
Técnico Coordenador Operacional	7
Técnico Coordenador Operacional Gestor Operacional	7 26
Técnico Coordenador Operacional Gestor Operacional Gestor Técnico	7 26 3 1
Técnico Coordenador Operacional Gestor Operacional	7 26
Técnico Coordenador Operacional Gestor Operacional Gestor Técnico Especialista Operacional	7 26 3 1

Os "Fornecimentos e serviços externos" são analisados como segue:

	2018	2017
Trabalhos especializados	819.840	844.469
Conservação e reparação	568.050	579.930
Comunicação	234.508	219.081
Outros fomecimentos	216.349	375.862
Rendas e alugueres	113.092	115.317
Cedência pessoal	111.781	52.475
Seguros	63.521	210.059
Electricidade	62.515	101.602
Limpeza, higiene e conforto	41.419	51.381
Serviços prestados	38.184	39.499
Vigilancia e segurança	38.138	64.100
Agencias noticiosa	30.815	-
Publicidade e propaganda	24.925	50.000
Deslocações e estadas	19.181	11.760
Call center	10.685	15.148
Material de escritório	4.210	(134)
Despesas de representação	1.009	1.732
Artigos para oferta	(3.400)	60.937
	2.394.822	2.793.218
		:



NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2017.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2018		2017	
	Empregados	Administração	Empregados	Administração
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	0,50%	0,75%	0,50%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0.50%	0,75%	0,50%	0.75%
Texas de rendimento do fundo	1.00%	2.10%	1,00%	2,10%
Taxa de desconto	1,00%	2,10%	1,00%	2,10%
Pressupostos demográficos e métodos de avallação				
Tábua de mortalidade		GKF 95	GKF 95	
Tábua de invalidez		Suisse Re 2001	Suisse Re 2001	
Taxa de pré-reforma		5,00%	5,00%	

Método de valorização atuarial Project Unit Credit Method

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano.

A 30 de junho 2018 e 31 de dezembro de 2017, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	(Montantes expressos em euros)			
	30-06-2018	31-12-2017		
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço				
Responsabilidades no final do periodo	14 723 871	14 546 644		
Valor do fundo de pensões	16 382 808	16 675 179		
Excesso/(Insuficiencia)	1 658 937	2 128 535		
Saldo contabilistico registado no ativo	2 146 059	2 128 535		

A diferença de 487.122 foi reconhecida em reservas em julho de 2018.

Em Novembro de 2017, foi interposta uma ação judicial pela GNB Fundos de Pensões no sentido de clarificar a aplicação prática do regime previsto no art.º 402.º do Código das Sociedades Comerciais no Fundo de Pensões dos Administradores.

Por razões de prudência e meramente seguindo as políticas contabilísticas do grupo GNB, as responsabilidades, a 31 de Dezembro de 2017, do Fundo de Pensões dos Administradores foram calculadas sem a aplicação do referido limite.

~ W M



NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda são analisados como segue:

		2018			2017	
	Proveltos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fix	0					
De emissores públicas		(5.174)	(5.174)	9.395.087	(5.397.727)	3.997.360
De outros emissores	58.759.341	(1.685.072)	57.074.269	14.283.511	(1.836.774)	12.446.737
Ações	8,562,938	-	8.562,938	7,064.784	(338.381)	6.726.403
Outros títulos de rendimento variável	5.810.709	(387,036)	5,423.673	1.463.421		1,463,421
	73.132.988	(2.077.282)	71.055.706	32.206.803	(7.572.882)	24.633.921

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

		2018			2017	
	Proveltos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	5.306.167	(11 549.178)	(6.243.011)	6 134 739	(126 813)	6 007 926
Contratos sobre taxas de juro	6.765		8.765	3,867		3 867
Contratos sobre acções/indices	38.921.191	(46.438.535)	(7.517.344)	25.151 196	(19.855.973)	5.295 223
Contratos sobre créditos	-	(166)	(166)	247.061	•	247,061
	44.236.123	(57.987.879)	(13.751.756)	31.536.863	(19.982.786)	11.554.077

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2018			2017		
	Proveltos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				12		
De emissores públicos	557, 293	(2.480.001)	(1.922.706)	9.132.908		9 132 908
De outros emissores	2.187.409	(11.653.355)	(9.465.946)		(541.202)	(541 202)
Ações	4.153.612	(4.673.078)	(519.466)	5.999.662	(3.805.950)	2, 193, 712
Outros titulos de rendimento variável	23.522.168	(19.337.886)	4.184 282	22.489.311	(667.979)	21.821.332
	30.420.482	(38.144.320)	(7.723.838)	37.621.881	(5.015.131)	32,606,750
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	30.348,267	(22.621.854)	7,726,413	4.430.681	(43.293.074)	(38.862.393)
	60.768.749	(60.766,174)	2.575	42.052.562	(48.308.206)	(6.255.644)

My row



NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	2018	2017
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponiveis para venda	(567,408)	(2.529.424)
de empréstimos concedidos e contas a receber	451.437	(479.933)
de depósitos em instituições de crédito	935.865	(1.064.915)
	819.894	(4.074.272)
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	22 457	(1.480)
de ativos ao justo valor através de resultados	5.531.473	(10.958.863)
	5.553.930	(10.960.343)
	6.373.824	(15.034.615)

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (nota 28).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	2018	2017
Ativos disponiveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo De outros emissores		(2.737)
Ações	(5.087.329)	(7,481,126)
Outros títulos de rendimento variável	(1.546.018)	(1.003.862)
	(6.633.347)	(8.487.725)

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma:

		2017
Outros ganhos técnicos	573	4.733
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	(63.145)	(9.405)
Outros	(20 225)	(77.201)
	(82.797)	(81.873)

W My



NOTA 22 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	2018	2017
Ajustamento provisão recibos por cobrar	23.714	(34.504)
Outros proveitos/(custos)	(11.448)	27.106
	12.266	(7.398)

NOTA 23 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	1.535	299
Depósitos à ordem	243.381,403	219,538.092
	243.382.938	219.538.391

NOTA 24 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são analisados da seguinte forma:

		2018				2017	,	
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio Forward			·					
Compra		1.0	2.5	30			40	5.6
Vendas	491 895 109	1 968 771	(28 394)	1 940 377	265 971 326	1 375 393	(95 931)	1 279 462
	491 895 109	1 968 771	(28 394)	1 940 377	265 971 326	1 375 393	(95 931)	1 279 462
Contratos sobre taxas de Juro								
Interest Rate Swaps	1 045 669		(544 187)	(544 187)	1 347,923		(704.317)	(704 317)
	1 045 669	(a)	(544 187)	(544 187)	1 347.923		(704 317)	(704 317)
Contratos sobre acções/indices								
Equity/Index Options	1 803 113	18 953	*	18 953	1 765 962	104 190		104 190
Equity/Index Futures	51 623 508		-	-	74 576 788	-	-	
	53 426 619	18 953	-	18 953	76 342.750	104 190	•	104 190
Combatos aobre créditos								
Créditos Default Swaps			- 1		50 000 000	88 104	•	55 104
	=	12-1	7.0	-	50 000 000	88 104	-	88 104
	548.367.397	1,987,724	(572.581)	1.415.143	393.661.999	1.557.687	(800.248)	767,439

A Companhia optou por registar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica "Outros passivos financeiros" (nota 37).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

Marn

Relatório e Contas Consolidado

pag. 47



ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	,	
De emissores públicos	103.798.605	90 375, 138
De outros emissores	367 854 331	403 243 779
Ações	27.971 889	61 305 489
Outros títulos de rendimento variável	529 260 .361	507 481.129
Valor de balanço	1.028.885.186	1.062.405.535
Valor de aquisição	993.884.643	1 025 417 609

Ver adicionalmente a nota 17.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

Custo	Reserva de j	usto valor				Valor de
Amertiza do 10	Positiva	Negativa	Imparidade ₍₂₎	Justo Valor	Jura decorrida	Balanço
		670967				
1 473 884 259	70.402,845	(1.618 877)		1 542 488 027	21.638 517	1 564,106 544
1 293 983 277	48.723.264	(1.705 870)	(21 489 425)	1 319 511 446	8 700 839	1 328 212 285
139.899 664	15.873,142	(2 998 880)	(9.119.080)	143 654 666		143.654 866
327 763.817	5.580 857	(7,525 522)	(85.140 216)	240 678.936		240.675 936
3.235.531.017	140,579,908	(14.048.949)	(115.740.701)	3,246,313,275	20.339.356	3.276,652,631
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
1 482 749 872	26 482 455	(2 643,050)	-	1 508 589 277	17 142 237	1 523.731 514
1 309 140 060	34 777 951	(4 224.906)	(21 616 117)	1.318 076 988	10 042,898	1 328.119 886
149 266 237	10 353 123	(6 324.601)	(10 807 326)	142 487 433		142 487 433
325,038 674	4 405 600	(4 663.265)	(86.499.352)	238 279 657	34.	238 279 657
3.266.192.843	76.019.129	(17,855.822)	(118.922.795)	3.205.413.355	27.185.135	1,232,618,490
	Amerizado** 1 473.884 259 1 293.983.277 139.899.664 327.763.817 3.235.531.017 1 482.749.872 1 309.140.060 149.266.237 325.036.674	Amerizado ⁽¹⁾ Positiva 1 473.884 259 70.402.845 1 293.983.277 48.723.284 139.899.664 15.873.142 327.783.817 5.500.857 3.235.531.017 140.579.908 1 482.749.872 26.482.455 1 309.140.000 34.777.951 149.266.237 10.353.123 325.036.874 4.405.000	Amertizado ⁽¹⁾ Positiva Negativa 1 473 884 259 70.402,845 (1.818 877) 1 293 983 277 48 723 284 (1.705 870) 139 899 864 15.873,142 (2.998 880) 327 763.817 5.580 857 (7.525 522) 3.235.531.017 140.579.908 (14.048.949) 1 482 749 872 26 482 455 (2.643.050) 149 268 237 10.353 123 (6.324.801) 325 036 874 4 405 800 (4.663.285)	Amerizado** Positiva Negativa Imparidade;21 1 473.884 259 70.402.845 (1.818.877) (21.489.425) 1 293.983.277 48.723.284 (1.705.670) (21.489.425) 139.899.664 15.873.142 (2.998.880) (9.119.080) 327.763.817 5.500.857 (7.525.522) (85.140.216) 3.235.531.017 140.579.908 (14.048.949) (115.748.701) 1 482.749.872 26.482.455 (2.643.050) (21.616.117) 1 309.140.060 34.777.951 (4.224.906) (21.616.117) 1 49.266.237 10.353.123 (6.324.601) (10.807.326) 325.036.874 4.405.800 (4.663.285) (86.499.352)	Amerizado** Positiva Negativa Imparidade; 1 Justo Valor 1 473.884 259 70.402.845 (1.618.877) - 1.542.468.027 1 293.983.277 48.723.264 (1.705.870) (21.489.425) 1.319.511.448 139.899.664 15.873.142 (2.998.880) (9.119.080) 143.654.866 327.763.817 5.500.657 (7.525.522) (85.140.216) 240.678.936 3.235.531.017 140.579.908 (14.048.949) (115.748.701) 3.246.313.275 1 482.749.872 26.482.455 (2.643.050) 2.1616.117) 1.318.076.988 149.266.237 10.353.123 (6.324.001) (10.807.326) 142.487.433 325.036.874 4.405.600 (4.663.265) (88.499.352) 238.279.657	Amerizado [®] Positiva Negativa Imparidade ₁₂₁ Justo Valor Juro decorrido 1 473 884 259 70 402 845 (1 618 877) 1 542 488 027 21.638 517 1 293 983 277 48 723 284 (1 705 670) (21 488 425) 1 319 511 446 8 700 839 139 899 664 15 873 142 (2 998 880) (9 119 060) 143 654 866 8 700 839 327 763 817 5 580 857 (7 525 522) (65 140 216) 240 678 936 30.339,356 1 482 749 872 26 482 455 (2 643,050) 1 508 589 277 1 7 142 237 1 309 140 060 34 777 951 (4 224,906) (21 616 117) 1 318 076 986 10 042 898 149 266 237 10 353 123 (6 324,801) (10 807 326) 142 487 433 325 036 674 4 405 600 (4 663 285) (86 499 352) 238 279 857 238 279 857

⁽¹⁾ Ou custo de aquesção no caso de ações e outros títulos de rendemento variavel (2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	193.881.144
Dotações do exercício	13,812,909
Vendas no exercício	(91.945 352)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	115.748.701
Dotações do exercício	7,514,784
Vendas no exercicio	(4.340 690)
Saldo em 30 de junho de 2018	118.922.795



NOTA 27 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisada como segue:

	2018	2017
Outros depósitos	143 126 078	129.259.684
Emprestimos concedidos	7,513,399	39 623 764
	150.639.477	168.883.448

A rubrica "Outros depósitos" é analisada como segue:

	2018	2017
Depósitos a prazo - Capital	118,419,000	104,369,686
Depósitos a prazo - Juro decorrido	5.839	3.307
Outros depósitos - Capital	24.701.239	24,886.691
	143.126.078	129.259.684

A rubrica "Empréstimos concedidos" inclui em 30 de junho 2018 o montante de 9.298 milhares de euros de empréstimos através do Fundo Lusitano Project Finance nº 1 FTC (2017; 39.561 milhares de euros).

NOTA 28 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento ocorrido em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 na rubrica de terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	2017	Aquisições	Alienações	Benfeltorias	Depreciações	Imparidades/ Vallas Potenciais	2018
De rendimento	410.190.841	492 869	6/ 3 /6	172	*.	(4 874, 173)	405 809 537
	2016	Aquisições	Allenações	Benfeitorias	Depreciações	imparidades/ Vallas Potencials	2017
De rendimento	194.599,705	272 088 060	(55.040 475)	149 568	(131,157)	(1_474.860)	410.190.841

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados por peritos independentes.

Relativamente aos imóveis com obras em curso, é efetuada pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente, os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e *yields* de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfasamento face à renda de mercado.

M & W



NOTA 29 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Equipamento		
Equipamento informático	4.193.037	4.192.767
Mobiliário e material	750.275	670.972
Instalações interiores	1.919.154	2.016.552
Máquinas e ferramentas	426.644	443.941
Material de transporte	2	30.699
Outros	260.488	279.722
	7.549.598	7.634.653
Depreciação acumulada	(7.121.179)	(7.201.898)
	428.419	432.755

Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

Saldo liquido a 1 de Janeiro de 2017	443.963
Adições	112.631
Depreciações do exercício	(123.839)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2017	432,755
Adições	79,573
Abate	(76,393)
Depreciações do exercício	(7,516)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2018	428.419

NOTA 30 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Software	10, 196, 127	9.688.290
Amortizações acumuladas	(9.499.967)	(9.492.451)
	696, 160	193.839

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2017	147.800
Adições	123.647
Abates	(14.624)
Amortizações do exercício	(62,984)
Saldo liquido a 31 de Dezembro de 2017	193.839
Adições	509.837
Amortizações do exercício	(7.516)
Saldo liquido a 30 de Junho de 2018	696.160

As adições de 2018 incluem o goodwill relativa à contabilização da Sociedade imobiliária Portucale no montante de 472 milhares de euros.

~ My



NOTA 31 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

		2018			2017	
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3,506.252	(7.736)	3.249.756	3.260.162	(10.406)	3.249,756
Provisão matemática do ramo vida (i)	1.186.955.597	(1,372,320)	1,171,472,671	1,173.068.337	(1.595.666)	1.171.472.671
Provisão para sinistros (ii)	35,749,645	(5.602.371)	27,401,602	33.110.181	(5,708.579)	27,401,602
Provisão para participação nos resultados (iii)	22,019,546	(280.436)	40.462.121	40.467,154	(5.033)	40.462,121
Provisão para compromissos de taxa	37,080.376	- 2	7,628,753	7.628,753	567	7,628,753
	1.285.311.416	(7.262.863)	1.250.214.903	1.257.534.587	(7.319.684)	1.250.214.903

(i) A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

		2018			2017	
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	22,703.817	(1,372,320)	20,465 539	22 061.205	(1,595.666)	20.485 539
Capitalização com participação nos resultados	1.164 251.778		1.151.007.131	1.151.007.131		1.151.007.131
	1.186.955.595	(1.372.320)	1.171.472.670	1.173.068.336	(1.595.666)	1.171.472.670
Custos de aquisição diferidos	2		2	1		1
	1.186.955.597	(1.372.320)	1.171.472.672	1.173.068.337	(1.595.666)	1.171.472.671

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa, sem participação nos resultados são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 37).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

		2018			2017	
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Acelte	Resseguro cedido	Total
Tradicionais Capitalização com participação nos resultados	12.768.179 22.981.466	(5.602.371)	7.227.711 20.173.891	12.936.290 20.173.891	(5.708.579)	7.227.711 20.173.891
, ,	35.749.645	(5.602.371)	27,401.602	33.110.181	(5.708.579)	27.401.602

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 502 milhares de euros (2017: 530 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 30 de junho de 2018 e ainda não reportados (IBNR).

M R W



Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

35.749.645
(15.004.609)
(76.807.526)
8.337.003
86.114.596
33.110.181
(17, 251, 607)
(181.717.610)
8.689.561
191.521.156
31.868.681

(iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2017	7.522.315
Montantes pagos	(925.095)
Participação nos resultados atribuida	2.954.022
Participação nos resultados a atribuir	30,915,912
Saldo a 31 de Dezembro 2017	40.467.154
Montantes pagos	(142,375)
Participação nos resultados atribuida	6.065.388
Participação nos resultados a atribuir	(24,370.621)
Saldo a 30 de Junho 2018	22.019,546

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao shadow accounting, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de junho de 2018 o montante total do ajustamento relativo ao shadow accounting é de -10,270 milhares de euros, tendo sido -34.640 milhares de euros em 2017.

A provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2.16).

x Wy



OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS NOTA 32 -**OPERAÇÕES**

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	1,020.558	954.351
Mediadores	11.683.077	363.642
	12.703.635	1,317,993
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	18 085	196,056
Contas a receber por outras operações		
Empresas relacionadas	8 205	28,713,306
Imposto a recuperar	23.515.998	24.677.167
Outros devedores	36.905.797	30.247.370
	60.430.000	83.637.843
	73.151.720	85.151.892
Ajustamentos de recibos por cobrar	(111,522)	(135 237)
	73.040.198	85.016.655

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

Os valores a receber da Administração Fiscal dizem respeito a montantes já pagos relativamente a correções efetuadas pela AT e para a qual a Companhia impugnou judicialmente tendo provisões constituídas para o efeito.

Em 30 de junho de 2018 a GNB Seguros Vida tem provisões para contingências fiscais no montante de 27.391 milhares de euros (nota 40). Destes, 22,6 milhões de euros dizem respeito a exercícios já inspecionados e para os quais a companhia apresentou impugnação judicial respeitando, essencialmente, a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados "Unit linked", por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora. O restante diz respeito à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em carteiras tradicionais por a Autoridade Tributária considerar que a GNB Seguros Vida não apresentou declaração da entidade que distribuiu os lucros que prove que a mesma cumpre as condições estabelecidas no artigo a 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de Julho de 1990.

A rubrica de outros devedores diz respeito, na sua maioria, a valores a receber de inquilinos (12M€) e a IVA a recuperar do Estado (11M€), nos Fundos que consolidam.

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2016	84.310
Dotações/(utilizações)	50,927
Saldo a 31 de Dezembro 2016	135.237
Dotações/(utilizações)	(23.715)
Saldo a 30 de Junho 2017	111.522



NOTA 33 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos primeiros seis meses do exercício de 2018 e do exercício de 2017 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros Vida que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 2018 e 2017 podem ser analisados como segue:

	Ativo		Passiv	08
	2018	2017	2018	2017
Impostos sobre rendimentos	12.759.128	5.594 109	488.276	4,0
Outros impostos e taxas	•	7 871 913	845.613	1 488 829
Total	12.759.128	13,466,022	1.333,889	1.488.829

Os movimentos da rubrica "Ativos - impostos sobre o rendimento" são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2017	13.007.865
Compensação com ativo	(12.070.091)
Montantes registados nos resultados	(634,668)
Montantes registados nas reservas	(388.658)
Pagamentos efectuados	5,679,661
Saldo a 31 de dezembro 2017	5.594.109
Compensação com ativo	(173.268)
Excesso / insuficiência	7.338.287
Saldo a 30 de junho 2018	12.759.128

Os movimentos da rubrica "Passivos - impostos sobre o rendimento" são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2017 Compensação com passivo Dotação do ano	12.070.091 (12.070.091)
Saldo a 31 de dezembro 2017 Compensação com passivo	173.268
Montantes registados nos resultados	467,725
Montantes registados nas reservas	(152.717)
Saldo a 30 de junho 2018	488.276





Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos primeiros seis meses do exercício de 2018 e no exercício de 2017 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Imóveis			(55.296)	(55.296)	(55 296)	(55.296)
Prejuizos fiscais	18.207.835	18.906.690	(750.300)	(990,185)	17 457 535	17.916.505
Pensões	549 540	585 672			549.540	585.672
Investimentos Financeiros	47.207.753	48.439.438	(13.189.613)	(24 421 553)	34 018 140	22 017 885
Outros	263.727	154 304		(321)	263.727	153.983
(mposto diferido ativo/(passivo)	66.228.855	66.086.104	(13.995.209)	(25.467.355)	52.233.646	40.618.749
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(13.995 209)	(25 487 355)	13.995.209	25,487,355	-	
Imposto diferido ativo/(passivo) liquido	52.233.646	40.618.749	•		52,233,646	40.618.749

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada em Junho de 2018 varia entre 21% e 26%, conforme aplicável.

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias	34.776.111	22,702,245
Prejuizos fiscais	17,457,535	17 916 504
	52,233,646	40,618,749

O movimento do imposto diferido de balanço em 2018 e 2017 explica-se como segue:

		2018		2017			
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido nos resultados transitados	
Ativos financeiros	1,179,130	11 167 657		(548.345)	(21.449.473)	602.126	
Pensões	(36, 132)		4	(151,091)	1 100		
Prejuizos fiscais	(698,751)	239.885		(1 483.681)	(535.507)		
Imóveis	(17 860)			205.629			
Outres	109.554		+	(461 469)	-		
	535,940	11.407.542		(2.438.957)	(21,984,980)	602.126	

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2018 e 2017 explica-se como segue:

	2018	2017
Imposto corrente	(467,724)	(227,505)
Imposto diferida		
Origem e reversão de diferenças temporárias	1 234 691	(527 170)
Prejuízos reportáveis	(698.751)	(1.483.681)
	535.940	(2.010.851)
Total do Imposto registado em resultados	68.216	(2,238,356)

My To W

Relatório e Contas Consolidado

pág. 55



O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2018 e 2017 explica-se como seque:

	2018	2017
Imposto corrente	(152.717)	
Imposto diferido	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Reserva de justo valor	11 614 897	(15.904 259)
Total do Imposto registado em reservas	11,462,180	(15,904,259)

A reconciliação da taxa de imposto a 30 junho 2018 e 30 junho 2017 pode ser analisada como segue:

	2018		20	2017	
=	%	Valor	%	Valor	
Resultados antes de Impostos		2.127.813		7,652,703	
Taxa de imposto estatutária	24.7%		24,3%		
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(494 891)		(1.859.607)	
Provisões e outras diferenças permanentes		(117 330)		(109.215)	
Diferenças temporárias		324. 928		(630.978)	
Dividendos excluidos de tributação		497, 003		856, 113	
Derrama		(145.379)		(199.430)	
Tributações autónomas		(22.681)		(28 075)	
Outros		26. 766		(67 165)	
		68.215		(2.238.357)	

NOTA 34 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

Os gastos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de produtos.

NOTA 35 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda são constituídos na sua totalidade por imóveis de rendimento em que foi decidida a sua venda no curto prazo como segue:

	2018	2017
Setúbal	75.000	75,000
Estrada de São Brás - Loulé	60.800	60,800
Rua Timor	75.000	75.000
Outros	46.300	46.300
	257,100	257,100

A Companhia tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda.

~ WM



NOTA 36 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	2018	2017
Contratos de taxa fixa	1.814.193.200	1.873.814.142
Contratos de seguros em que o risco de investimento		
é suportado pelo tomador de seguro	1,113,517,010	1,122,614,681
Total	2.927.710.210	2.996.428.823

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

Malda 4 da 11 8047	0.074.400.704
Saldo em 1 de Janeiro 2017	2.074.183.704
Depósitos recebidos	3.307,896
Beneficios pagos	(259.301.763)
Reclassificações	(8.413.927)
Juro técnico do exercício	65,676,386
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	(1.638, 154)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	1.873.814.142
Depósitos recebidos	3.418.307
Beneficios pagos	(94.351,921)
Juro técnico do exercício	32.002.385
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	(689.713)
Saldo a 30 de Junho de 2018	1.814.193,200

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2017	1.187,796,677
Depósitos recebidos	51.419.760
Beneficios pagos	(168.073.003)
Rendimento	65.394.538
Encargos gestão	(13.923.291)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	1,122,614,681
Depósitos recebidos	50.319.963
Beneficios pagos	(46.918.913)
Rendimento	(6.930.684)
Encargos gestão	(5.568.037)
Saldo a 30 de Junho de 2018	1,113.517.010

My rew



NOTA 37 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são apresentadas como seguem:

	2018							
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de em ssão	Capital	Juro decerrido	Valor de Balanço	Taza de juro atual	Maturidade
GNB Seguros Vida (*) GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados Empréstimos subordinados	2002 2002	45.000.000 45.000.000	45.000.000 45.000.000	25.836 43,711	45 025.836 45 043.711	1,879% 3.179%	2022 Perpétuas
Total			90.000,000	90.000.000	69,547	10.069,547		
	_				2017			
Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	Juro _decorrido	Valor de Balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados ^f	2002	45 000 000	45 000 000	28.065	45 028 065	1,871%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados "	2002	45,000 000	45 000.000	47 565	45 047.565	3,171%	Perpétuas
Total			90.000.000	90.000.000	75.630	10,075,630		

Estes empréstimos vencem juros trimestralmente à taxa Euribor 3 meses + 2,2% e Euribor 3 meses + 3,5% respetivamente para a emissão com vencimento em 2022 e para as perpétuas.

(*) A emissão ainda se encontra designada pela denominação social à data da emissão (Tranquilldade Vida)

A rubrica "Outros passivos financeiros - Outros" é representada da seguinte forma:

	2018	2017
Outros Passivos Financeiros - Outros		
Contratos de investimento	119.462.606	123.734.106
Derivados (nota 25)	572.581	800 248
Outros passivos financeiros	176.043.406	174,394,521
	296.078.593	298.928.875

A rubrica de "Contratos de investimento" respeita a passivos associados a contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro comercializados pela Seguradoras Unidas, S.A., sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela GNB Seguros Vida. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2017	31.387.124	99,536,564	130,923,688
Depósitos recebidos	189.307	341.322	530,629
Beneficios pagos	(4.430.026)	(8.138.049)	(12.568.075)
Rendimento/Juro técnico do exercicio	1.262.251	3,585,609	4 847 860
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	28.408.656	95.325.446	123,734.102
Depósitos recebidos	165,718	111.995	277,713
Beneficios pagos	(1.598.884)	(4.536.640)	(6.135.524)
Transferencia		166.165	166.165
Rendimento/Juro técnico do exercício	(469.606)	1.889.755	1.420.150
Saldo a 30 de Junho de 2018	26.505,885	92.956.721	119.462.606

Os outros passivos financeiros são na sua maioria passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos abertos onde a Companhia não detinha 100% dos interesses económicos, como segue:

Empresa emitente	2018	2017
NB - Património	96,848,433	95.271.335
FUNGERE	70,004,812	70,456,456
NB - Opportunity Fund	9,095,389	8,571,959
	175,948,634	174.299.750





NOTA 38 -OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2018	2017
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	878.475	317.277
Mediadores	20.933.798	16.866.894
	21.812.273	17.184.171
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	15.334.387	8,792,203
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	79.164	150 533
Outros credores	80.566.125	85.858.689
	80.645.289	86.009.222
	117.791.949	111.985.596

Os saldos de "Outros credores por operações de seguro e outras operações" têm uma maturidade inferior a 3 meses.

A rubrica "Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores" corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da GNB-Vida ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

Em 2018 a rubrica "Outros credores" inclui 30M€ de operações pendentes de liquidação relativamente a aquisição de ativos financeiros dos Fundos que consolidam (em 2017, 5M€), esta rubrica inclui ainda 11M€ referentes a rendas vencidas, 21M€ relativamente a recebimentos por conta de imóveis e 13M€ relativa a incerteza da recuperação de impostos nos Fundos que consolidam.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS NOTA 39 -

A rubrica "Acréscimos e diferimentos" em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisada como segue:

	2018	2017
Rendimentos diferidos	88,975	88.975
Beneficios a empregados - curto prazo	431.595	-
Outros acréscimos de gastos	30.986,646	33.827.722
	31.507.216	33.916.697

A rubrica "Benefícios a empregados - curto prazo" diz respeito a férias e respetivos subsidios vencidos no exercício.

A rubrica "Outros acréscimos de gastos" inclui 30.423 milhares de euros relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a GNB Seguros Vida ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas a apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013.



NOTA 40 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2017	29.384.029
Dotações Utilização	572.386 (1.730.949)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	28.225.466
Dotações Utilização	406.151 (161.156)
Saido a 30 de Junho de 2018	28.470.461

Em 2018, a rubrica de "Outras provisões" inclui o montante de 27.391 milhares de euros relativos a provisões para impostos (2017: 27.078 milhares de euros).

NOTA 41 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

O capital social autorizado da GNB Companhia de Seguros de Vida, S.A. encontrava-se representado por 50.000.000 de ações, com um valor nominal de um euros cada, as quais encontram-se subscritas e realizadas na totalidade pelo acionista Novo Banco, S.A.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 26%.

Outras reservas

Incluída na rubrica "Outras Reservas" temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE, líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres. (nota 2)

To why



Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2018, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2017	5,749,709	(1,513,900)	52.976.427	366.750.456
Transferencias para reservas			280 535 615	(280.535 615)
Alterações de justo valor	119.330 328	(22.373.838)	-	
Distribuição de lucros/prejuízos		•		(85.477 015)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	(33.189.228)	•	2.238.604	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91,890,809	(23,887,738)	335,750,646	737.826
Alterações de justo valor	(68.367.653)	11 407 742	-	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuanais)	24.370.621		-	8.655.689
Saldo em 30 de junho de 2018	47.893.777	(12.479.996)	335.750.646	9.393.515

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, como segue:

	2018	2017
Custos amortizados dos ativos financeiros disponiveis para venda	(3.266.192.843)	(3.235.531.017)
Imparidade acumulada reconhecida	118.922.795	115.748.701
Custo amortizado dos ativos fianceiros disponiveis para venda	(3.147.270.048)	(3.119.782.316)
Justo valor dos ativos financeiros disponiveis para venda	3.205.433.355	3.246.313.275
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponiveis para venda	58.163.307	126.530.959
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	58.163.307	126.530.959
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(10.269.530)	(34.640.150)
Saldo em 31 de dezembro	47.893.777	91.890.809

Interesses minoritários

Os interesses minoritários referem-se a passivos decorrentes da consolidação de fundos de investimentos fechado onde a Companhia não detém 100% dos interesses económicos, como segue:

Empresa emitente	2018	2017
LUSITANO PROJECT FINANCE № 1 FTC	1.267,926	7,503,325

My C

ng W



NOTA 42 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o montante global dos ativos e passivos da GNB Seguros Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

		201	8			20		nares de euros
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVÔ	PASSIVO	CUSTOS	PROVETOS
Novo Banco, S.A.	299.678	20.420	8.489	250	254.354	16.033	16,299	659
Ativos financeiros	1 504	23	0		1.007	96	0	89
Comissões	11.683	20.397	6.489		4	15 937	16.299	
lmóveis	153			245	153		41	497
Depósitos	286 485			5	253 136			74
Prestação de serviços	54				54			
undo de Pensões	2.146			18	2,129	100	8	
Beneficios pós-emprego	2 146			18	2 129		8	
NB -Sociedade Gestora de Patrimónios, SA	49	1.818			49	1.934	4.033	
Comissões		1.784				1 894	4.033	
Prestação de serviços	49	34	- 2		49	40	1.0	
saf - Espirito Santo Fundos de Investimento								
obiliário, SA	191	6	2.082				- 2	
Comissões	191		2.082					
Prestação de serviços	100	6			+	-		
15.405.6								
NB ACE 2 Prestação de serviços	- 0	9.5		1			:	
Prestação de serviços		-		35		-	_	-
NO SERV	1.0					-	20	
Prestação de serviços							20	
NB Seguros	364	250			367	250		
móveis	32				32			
Prestação de serviços	332	250			335	250	-	
ovo Barico dos Açores	6.716	105	88	4	7.426	114	148	27
Comissões		105	88			114	148	
Depósitos	6 718			4	7 426			27
anco Electrónico de Servico Total, S.A.	31.543	406	404	2	27.998	794	792	3
Ativos financeiros	471	100		+	335	-		
Comissões		406	404	4.1	360	794	792	
Depósitos	31 072	190	+	2	27 301		-	3
SEGUR, S.A.		10.40		0.040			61	
Prestação de serviços			- 2		4		61	
ovo Banco Espanha	8.521	26			8,107	22		
Comissões		26		0.00	-	22		
Depósitos	8 521				8.107			
Total	349.409	23,031	11,062	273	300.428	19.146	21.361	690

Durante o presente exercício a Companhia vendeu à GNB Gestão de Ativos, SGPS, S.A. 100 ações do BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A. por 143,38 euros.

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração. As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo "Política de Remuneração" incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão.

Nos exercícios de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus acionistas.

NOTA 43 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O sistema de gestão de riscos implementado na GNB - Companhia de Seguros de Vida, SA é transversal a toda a estrutura organizacional, estando devidamente integrado no processo de tomada

X. WM



de decisão e é suportado por um conjunto de políticas, procedimentos, limites e alertas que representam um quadro restrito para a gestão do risco.

Compete ao Conselho de Administração definir o apetite ao risco da empresa, os limites de tolerância face ao risco e aprovar as estratégias e as diferentes políticas de gestão de risco.

Os principais riscos incorridos pela GNB – Companhia de Seguros de Vida, SA são de natureza financeira, de subscrição vida e operacionais.

A integração da gestão de riscos na atividade da Companhia e nos processos de tomada de decisão desenrola-se através dos vários Comités que reúnem periodicamente e que abrangem diversas áreas de atividade, integrando também a gestão de risco inerente a essas atividades.

Em matéria de gestão de riscos assume igualmente relevância o Comité de Risco que deverá reunir periodicamente, em princípio trimestralmente, e cuja função é analisar e deliberar sobre aspetos relacionados com a gestão de risco, envolvendo a identificação, avaliação, quantificação e monitorização dos diversos riscos, analisando e propondo políticas, metodologias e procedimentos de controlo e mitigação para aprovação do órgão de administração.

Encontram-se identificadas as seguintes categorias de risco:

A. Risco Estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou no capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do seu órgão de administração, sendo assegurada uma comunicação a toda a estrutura organizacional dos objetivos. As decisões estratégicas devem ser devidamente suportadas e avaliadas de um ponto de vista risco/retorno, levando em consideração a exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico da atividade seguradora reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez e risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (underwriting), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

O Departamento Atuariado Vida é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas, bem como envolver outros departamentos relevantes no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos.

M RW



B.1. - Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do produto a adequabilidade da tarifa é testada, a *priori*, através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos em Comité Produto onde se encontram representados os departamentos da Companhia.

Este comité tem por função analisar as vertentes técnicas e operacionais do produto a lançar formulando uma recomendação para o Conselho de Administração. Após aprovação da recomendação do Comité Produto por parte da Administração, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção. Antes de iniciar a comercialização deverá ser submetido ao Comité de Novas Atividades e Produtos, composto pelos responsáveis dos Departamentos de Compliance, Gestão de Risco, Atuariado Vida e de *Marketing* e Comercial.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia.

Risco específico de Seguros

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realistica de cashflows – modelo de Market Consistent Embedded Value. Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de cash-flows — modelo de Market Consistent Embedded Value.



Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
Planos de poupariça reforma e produtos de capitalização		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM BO	3.25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM BO	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM BO	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
Seguros em caso de vida		
Rendas		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
de Setembro de 2006 até Dezembro 2015	GKF - 3 anos	2%
Após Janeiro 2016	GKF - 3 anos	0%
Outros seguros		
Seguros em caso de morte		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
Seguros mistos		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

^(*) No ano de 2017 a taxa técnica fol de 0,5% para produtes PPR e 0% para produtes de capitalização

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cash-flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue

	Tábua de mortalidade
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

B.2. Subscrição

Existem normas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

B.3. Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

M Re Ci



De referir ainda que a GNB Seguros Vida calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

B.4. Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem procedimentos claros e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um workflow de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

B.5. Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a GNB Seguros Vida realizou, durante o primeiro semestre de 2013, uma operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos inerentes dessa carteira para a resseguradora *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a GNB Seguros Vida a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, spreads de risco de crédito, taxas de câmbio e preços de ações e imóveis.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações de alocação de ativos, bem como pelo controlo da exposição aos diversos riscos de mercado. As recomendações emitidas devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Companhia calcula mensalmente indicadores que permitem monitorizar as diversas dimensões do risco de mercado.

C.1. - Risco de variação de preços de mercado de ações, cambial, de taxa de Juro, imobiliário e de spread

Risco de variação de preços no mercado de ações:

A exposição ao mercado acionista, com o objetivo de capturar os prémios de risco historicamente apresentados por estes mercados, tem associado o risco de volatilidade nas valorizações e, consequentemente, nos fundos próprios da Companhia, nos resultados anuais, nos níveis de provisionamento e na participação nos resultados atribuída, em alguns produtos, aos segurados. Para mitigar estes efeitos, a alocação a estes ativos encontra-se normalmente limitada.

is ny



Risco cambial

Os passivos da Companhia, representam responsabilidades em euros, e a maioria dos ativos detidos pela Companhia são em euros. Contudo, com o objetivo de otimizar a relação risco/retorno das suas carteiras, a Companhia assume por vezes risco cambial que, consiste essencialmente, na detenção de ativos em moeda não euro, sem efetuar a respetiva cobertura cambial. Daqui resulta que variações das taxas de câmbio podem afetar negativamente os fundos próprios e resultados anuais da Companhia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação ativos não euro sem cobertura cambial encontra-se normalmente limitada.

Risco de variação das taxas de juro:

O risco de taxa de juro corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) derivado de subida ou descida das taxas de juro. Numa seguradora vida que comercializa produtos financeiros este risco está intrinsecamente ligado aos passivos, existindo uma clara interação entre ativos e passivos. Esta interação é desenvolvida no ponto abaixo sobre ALM.

Risco de imobiliário:

A exposição a imobiliário visa a obtenção de níveis de rendimento adicionais, sendo normalmente reconhecida a sua baixa correlação com outras classes de ativos. Tem associado o risco de volatilidade das valorizações e também o risco de crédito dos arrendatários.

A exposição da Companhia ao imobiliário é feita principalmente através de fundos de investimento que agregam um volume significativo e diversificado de imóveis.

Risco de Spread:

O risco de spread corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) que deriva da subida ou descida da componente de risco de crédito, incluída na valorização. Em função da perceção pelo mercado de um maior ou menor risco de crédito associado a determinado emitente assim o respetivo spread tende a variar conferindo volatilidade aos fundos próprios e resultados da Companhia. Do mesmo modo, maior volatilidade é normalmente associada a menor qualidade creditícia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a ativos com menor qualidade creditícia encontra-se normalmente limitada.

C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares

A utilização de produtos derivados constitui um instrumento útil na gestão das carteiras de investimento que, no entanto, acarreta alguns riscos que deverão ser controlados.

A utilização de derivados é efetuada com o objetivo de cobertura de risco e de gestão eficaz da carteira, neste caso, através da réplica, sem alavancagem dos ativos subjacentes.

Na utilização de derivados de negociação bilateral, fora de mercados organizados, releva igualmente o risco de contraparte, ou seja, o risco de incapacidade de cumprimento da contraparte relativamente aos termos acordados.

Na utilização de derivados para cobertura, principalmente, em mercados organizados, utilizando contratos padronizados, releva também o risco de base, nomeadamente, o risco da correlação entre o instrumento negociado e os ativos objeto de cobertura.

A avaliação de estratégias utilizando derivados é efetuada ao nível do Comité Financeiro, carecendo as estratégias, recomendadas pelo Comité, de aprovação pelo órgão de administração,

pág. 67



Ao longo do primeiro semestre de 2018 a Companhia utilizou diversas estratégias com derivados, derivados negociados em mercado organizado.

C.3. - Risco ALM

Ver ponto C. Risco de Mercado.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado;
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("net asset value") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

As naturezas dos ativos consideradas no nível 3 são essencialmente fundos de investimento imobiliário (69%), fundos de capital de risco (20%) e asset backed securities (9%). No caso dos fundos de investimento imobiliário a determinação do justo valor teve por base o valor da unidade de participação determinada pelas sociedades gestoras à data de fecho, baseados em avaliações imobiliárias independentes obtidas determinadas pelo Banco de Portugal.

Conforme referido anteriormente existe nas seguradoras vida que comercializam produtos financeiros uma forte interação entre o ativo e o passivo. Uma descida de taxas de juro afeta adversamente o rendimento obtido na carteira de obrigações com impacto potencial significativo nos resultados se, por exemplo, a carteira existente não tiver um nível de rendimento suficiente para cobrir as garantias de taxa já emitidas. Do mesmo modo, uma subida de taxas pode provocar uma aceleração das taxas de resgate dos clientes forçando a necessidade de vendas de ativos que, em virtude da subida de taxas, apresentam perdas para a seguradora, com impacto direto nos resultados.

D. Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de incumprimento de contrapartes relativamente às suas obrigações contratuais.



Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, no resseguro e em produtos derivados não negociados em mercados organizados.

A mitigação do risco de crédito é normalmente obtida através do processo de seleção de contrapartes e, pela utilização de limites da exposição a agregados como, por exemplo, uma entidade, grupo, rating, setor ou país.

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameacar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com outros riscos referenciados como, por exemplo, o risco de crédito.

Daí resulta que, na carteira de investimentos, existam limites de exposição a diversos agregados que visam mitigar o risco de concentração e que incluem limitações ao nível de emitentes, ratings, setor e país. Para a Dívida Publica estão igualmente aprovados limites de exposição.

Da mesma forma, na política de resseguro é prestada uma especial à concentração.

O risco de concentração pode igualmente derivar da política de subscrição, nomeadamente da existência de uma excessiva concentração em clientes específicos ou determinadas zonas geográficas. Neste aspeto, considerando que a principal rede de distribuição da Companhia são os balcões do Novo Banco, SA fortemente dispersos por todo o país e que, os produtos são comercializados transversalmente em todos os segmentos de clientes é convicção da Companhia que existe um elevado grau de diversificação da sua base de clientes.

F. Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas, sem assumir em perdas significativas na liquidação dos seus ativos.

A mitigação deste risco começa logo na própria seleção dos ativos que compõem as carteiras de investimento, respeitando regras e limitações acima referidos, privilegiando investimentos facilmente liquidáveis (negociados em mercado regulamentado) e assumindo princípios de diversificação.

É igualmente avaliada, numa perspetiva de longo prazo, a adequação dos vencimentos dos ativos com as melhores estimativas de exigibilidade das responsabilidades, identificando gaps de liquidez.

A Companhia calcula igualmente outros indicadores como, por exemplo, o rácio de reatividade que mede o conjunto de ativos facilmente mobilizáveis sem originar perdas significativas (definidos como ativos de maturidade reduzida ou de taxa variável).

É igualmente efetuada regularmente a monitorização do nível de resgates face aos pressupostos incorporados na melhor estimativa do passivo e face, por exemplo, a situações passadas de maior stress.

m 56 N



A maturidade dos ativos e passivos, a 30 de junho de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, tem a seguinte composição:

				2018			
	Até um ano	De um a três anos	De très a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	243 382, 938	-	-				243.382,938
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação		1 697, 254	(493 487)		476	10.899	1.415,142
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	48.763. 069	47 982. 816	139 094, 749	136.653.488	98.992.999	557 398, 065	1,028,685,186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	16.797 840	353 458. 124	1,246 567, 358	1.125 354, 203	109.673. 875	380 767, 090	3, 232, 618, 490
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	150 639. 477	1.0					150,629,477
Provisões técnicas de resseguro cedido	7 262 863						7,262,863
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	73 040, 200		19	*			73,040,200
Total de Ativos	539,686,387	403,338,194	1.385,168.620	1.262.007.691	208.667.350	938,176,054	4.737.244.296
Provisões Técnicas	80 651, 933	210 584, 747	210 016, 466	525.378.123	163 630, 578	94 849, 569	1.285.311.416
Passivos financeiros	212 341 227	1 841 225, 781	235 311, 176	462 430, 512	159 562 943	16.838, 571	2.927.710.210
Passivos subordinados			45 025 836			45.043, 712	90,069,548
Outros passivos financeiros	296 078, 593					- 4	296,078,593
Outros credores por operações de seguros e outras operações	117 791 949	٠		•	9+3		117.791,949
Total de Passivos	707.063.702	2,051.610,528	490,353,478	987,808,635	323,193,521	156.731.852	4.716.961.716
				2017			
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	182 036, 345	¥.	8.4		(0.40)	37,502, 046	219.538.391
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	1 299, 500	88 103	(653 617)		643	32, 810	767.439
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	54 875. 989	43 968. 001	104 423 043	112.622, 735	91 956. 516	654 559, 251	1.062.405.535
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	32 955, 433	134 981, 209	4 750 540 450				
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber			1,729 B13, 452	879.637, 589	114 931, 145	384 333, 802	3,276,652,631
Empresilmos Concedidos a Contas a Receber	168 883. 448	104 301 203	1.729 813. 452	879.637, 589	114 931, 146	384 333, 802	
Provisões técnicas de resseguro cedido	168 883, 448 7 319, 684	10-101-103	1,729 813, 452	879.637, 589 -	114 931 146	384 333, 802	168.883,448
		101 301 203	1 /29 813. 452	879.637, 589	114 931, 145	384 333, 802	168.883,448 7,319.684
Provisões técnicas de resseguro cedido Outros devedores por operações de seguros e outras	7 319. 684	179.037.313	1.833.582.878	992.260.324	206.858.305	1.076.427.909	168.883,448 7,319.684 85.016.655
Provisões técnicas de resseguro cedido Outros devedores por operações de seguros e outras operações Total de Ativos	7 319. 684 85 016. 655		•				168.883,448 7.319.684 85.016.655 4.820,583,783
Provisões técnicas de resseguro cetido Outros devedores por operações de seguros e outras operações Total de Ativos	7 319. 684 85 016. 655 532.387.054	179.037.313	1.833,582,878	992.250.324 538.111 777 498.586 800	206.858.305	1.076.427.909 81.206.089 21.945.658	168.883.448 7.319.684 85.016.655 4.828,583,783 1.257.534.587 2.996.428.823
Provisões técnicas de resseguro catido Outras devedores por operações de seguros e outras operações Total de Ativos Provisões Técnicas Passivos financeiros	7 319. 684 85 016. 655 532.387.054 105 449. 065	179.037.313 199 585. 032	1.833,582.878 161 879. 121	992.260.324 538.111 777	206.858.305 171.303.503	1.076.427.909	168.883.448 7.319.684 85.016.655 4.828,583,783 1.257.534.587 2.996.428.823
Provisões técnicas de resseguro catido Outros devedores por operações de seguros e outras operações Total de Ativos Provisões Técnicas Passivos subordinados	7 319. 684 85 016. 655 532.387.054 105 449. 065	179.037.313 199 585. 032	1.833,582.878 161 879. 121	992.250.324 538.111 777 498.586 800	206.858.305 171.303.503	1.076.427.909 81.206.089 21.945.658	168.883.446 7.319.684 85.016.655 4.828.583.783 1.257.534.587 2.996.428.823 90.075.630
Proisões técnicas de resseguro cedido Outros devedores por operações de seguros e outras operações Total de Ativos Provisões Técnicas	7 319. 684 85 016. 655 532.387.054 105 449. 065 110 218. 611	179.037.313 199 585. 032	1.833,582.878 161 879. 121	992.250.324 538.111 777 498.586 800	206.858.305 171.303.503	1.076.427.909 81.206.089 21.945.658	168.883.448 7.319.684 85.016.655 4.828.583,783 1.257.534.587 2.996.428.823 90.075.630 298.136.581
Provisões técnicas de resseguro cedido Outros devedores por operações de seguros e outras operações Total de Atixos Provisões Técnicas Passivos sibordinados Outros passivos financeiros Outros credores por operações de seguros e outras	7 319, 684 85 016, 655 532,387,054 105 449, 065 110 218, 611 298 136, 581	179.037.313 199 585. 032	1.833,582.878 161 879. 121	992.250.324 538.111 777 498.586 800	206.858.305 171.303.503	1.076.427.909 81.206.089 21.945.658	3.276.452.431 168.831.448 7.319.684 85.016.655 4.828.583.783 1.257.534.587 2.98.428.823 90.075.630 298.136.581 111.985.596

G. Risco Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na existência de falhas na prossecução de procedimentos internos, de comportamentos das pessoas ou de sistemas informáticos, ou ainda, a ocorrência de eventos externos à organização que originam situações de perdas, potenciais ou efetivas. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar ainda problemas reputacionais, legais, regulatórios, para além de perdas financeiras diretas. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de identificação, mitigação ou eliminação das fontes de risco, pensa ser possível ir reduzindo a exposição a este tipo de risco.

A primeira responsabilidade na gestão do risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção que deve assegurar a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Igualmente relevante na gestão do risco operacional é a função desempenhada pelo Compliance, na verificação da conformidade com a legislação e regulamentos em vigor, pela Auditoria no teste de eficácia dos riscos e controlos em vigor e na identificação de ações de melhoria e, ainda pela Organização no âmbito da continuidade de negócio. Existem igualmente Comités na Companhia que abordam vários temas relacionados com o risco operacional como o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, Compliance e Serviços Essenciais e o Comité Informático, Organização e Qualidade e o Comité de Segurança.

H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como o risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, ou do público em geral. Este risco, para além de risco autónomo, pode ser igualmente considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos.



A distribuição de produtos da Companhia é principalmente efetuada na rede do seu acionista único. Como resultado, qualquer evento reputacional ocorrido ao nível do seu acionista poderá afetar igualmente a reputação da Companhia, os seus proveitos e posição de mercado. De igual modo, as atividades externalizadas para outras entidades poderão igualmente afetar reputacionalmente a Companhia.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado pelo que a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, através da implementação de diversas medidas de mitigação como a avaliação específica deste risco no âmbito do Comité de Novas Atividades e Produtos e a monitorização de indicadores quantitativos e qualitativos de reclamações.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Justo valor de ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor, estando estes ativos alocados ao nível 2 da categoria de justo valor.

Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, sendo, nesta base e de acordo com o IFRS 13 uma das obrigações classificada como nível 1 e a outra classificada como nível 2

Contratos de Investimento

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data do cálculo. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa garantida. Nesta base o justo valor dos contratos de investimento é de acordo com o IFRS 13 classificado como nível 2.

Devedores e credores por operações seguro direto, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTA 44 - SOLVÊNCIA

A Margem de Solvência em 30 de junho de 2018, com as medidas transitórias ascende a 201,44% (184,65% em 30 de junho de 2017).

NOTA 45 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada relevante a assinalar.

ro May

